



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, maio/2003

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 4, abr. 2003. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2790

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 9,8 bilhões no mês de abril. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 11,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,5 bilhão e R\$ 20,7 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do Governo Central acumulado no ano atingiu R\$ 24,9 bilhões, valor equivalente a 4,97% do PIB estimado para o período.

*O resultado primário do Governo Central no mês de abril foi superavitário em R\$ 9,8 bilhões.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)  
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mar 2003	Abr 2003	Jan-Abr 2002	2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>26.233,4</b>	<b>32.105,8</b>	<b>103.441,3</b>	<b>118.500,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>20.521,2</b>	<b>26.255,6</b>	<b>82.574,7</b>	<b>95.365,3</b>
I.1.1 Receita Bruta	20.802,3	26.683,1	83.579,9	96.740,7
I.1.2. (-) Restituições	-281,0	-427,4	-905,8	-1.375,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.712,2</b>	<b>5.850,2</b>	<b>20.866,6</b>	<b>23.135,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.769,7</b>	<b>4.502,3</b>	<b>18.856,6</b>	<b>21.121,0</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>21.463,8</b>	<b>27.603,6</b>	<b>84.584,7</b>	<b>97.379,6</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>17.294,1</b>	<b>17.817,2</b>	<b>68.134,5</b>	<b>72.423,8</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.629,1</b>	<b>5.641,6</b>	<b>23.368,5</b>	<b>24.727,6</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.209,7</b>	<b>7.371,8</b>	<b>25.143,1</b>	<b>28.949,4</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.413,8</b>	<b>4.764,4</b>	<b>19.623,0</b>	<b>18.590,5</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	363,7	592,0	1.862,9	1.853,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	112,2	348,7	359,0	744,2
IV.3.3. Outras Despesas	3.937,9	3.823,8	17.401,1	15.992,7
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>41,5</b>	<b>39,4</b>	<b>0,0</b>	<b>156,3</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>4.169,7</b>	<b>9.786,3</b>	<b>16.450,1</b>	<b>24.955,8</b>
V.1. Tesouro Nacional	5.667,2	11.307,9	20.726,6	30.769,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.497,5	-1.521,6	-4.276,5	-5.814,1
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-13,6</b>	<b>-20,7</b>	<b>-190,5</b>	<b>-48,5</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>4.156,1</b>	<b>9.765,7</b>	<b>16.259,7</b>	<b>24.907,3</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>4,08%</b>	<b>4,97%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Abr2003/Abr2002	
<b>Receitas</b>	<b>14,6%</b>
Tesouro	15,5%
Previdência	10,9%
<b>Transferências</b>	<b>12,0%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15,1%</b>
<b>Despesas</b>	<b>6,3%</b>
Benefícios	15,1%
Pessoal	5,8%
Custeio e Capital	-5,3%

Conquanto as receitas e as despesas do Governo Central como proporção do PIB tenham sido menores no primeiro quadrimestre deste ano em relação a 2002, o superávit primário no quadrimestre foi R\$ 8,6 bilhões superior ao obtido em igual período do ano passado. A receita líquida cresceu R\$ 12,8 bilhões (15,1%), atingindo o montante de R\$ 97,4 bilhões até abril. As despesas, por sua vez, cresceram R\$ 4,3 bilhões (6,3%), totalizando R\$ 72,4 bilhões.

As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) ficaram 1,7 ponto percentual do PIB inferiores à arrecadação do primeiro quadrimestre de 2002. Em parte, isso é explicado pela ocorrência de receitas atípicas nos quatro primeiros meses do ano passado, sem equivalência em 2003,

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	26,0%	23,7%
Transferências	4,7%	4,2%
<b>Receita Líquida</b>	<b>21,3%</b>	<b>19,5%</b>
Despesa Total	17,2%	14,5%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,1%</b>	<b>5,0%</b>

*Em 2003, apesar do acréscimo nos tributos vinculados ao câmbio, a receita do Tesouro em relação ao PIB ficou abaixo do obtido no primeiro quadrimestre de 2002, devido à arrecadação atípica daquele período.*

tais como as decorrentes do pagamento de tributos em atraso por fundos de pensão (R\$ 5,5 bilhões), da tributação sobre operação de permuta de títulos públicos de empresa estatal (R\$ 1,1 bilhão) e das receitas de concessão das bandas "D" e "E" nos meses de janeiro e fevereiro de 2002 (R\$ 1,4 bilhão).

Por outro lado, até abril deste ano, destaca-se o aumento na arrecadação dos tributos vinculados ao câmbio, dentre os quais o Imposto de Renda sobre Rendimentos de Capital - operações de *swap* e fundos de renda fixa (53,2%), o Imposto de Renda sobre Remessas ao Exterior (39,7%) e o Imposto de Importação (30,2%). Além disso, ocorreu expressiva elevação na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras, em virtude do aumento da produção interna e do preço do petróleo referenciado em moeda nacional.

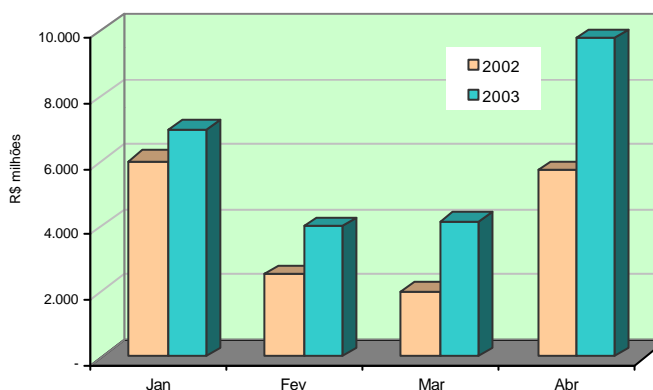
As transferências a estados e municípios caíram cerca de 0,5 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas este ano *vis-à-vis* igual período de 2002. De um lado, devido à redução na arrecadação do IRPJ (efeitos atípicos de 2002), e apesar do aumento observado no Imposto de Renda sobre Capital e Remessas ao Exterior, a arrecadação do Imposto de Renda, este ano, cresceu somente 5,5% em termos nominais. Aquela do IPI, por sua vez, cresceu 4,1%. Nesse caso, destaca-se a redução na alíquota média do tributo e a redução nas vendas de automóveis ao mercado interno, além de decisões judiciais que reduziram a efetiva arrecadação do imposto.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	20,7%	19,0%
Transferências	4,7%	4,2%
Despesas do Tesouro	10,8%	8,7%
<b>Resultado Primário</b>	<b>5,2%</b>	<b>6,1%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

*O superávit obtido pelo Governo Central no quadrimestre está associado, em grande medida, ao fato de os órgãos gestores ainda não terem utilizado o limite de pagamento estabelecido no Decreto nº 4.591/2003.*

**Superávit do Governo Central**  
Brasil, 2002/2003



As despesas à conta do Tesouro Nacional, não obstante o crescimento nominal de R\$ 482,9 milhões observado no período, foram inferiores ao realizado no primeiro quadrimestre de 2002 em cerca de 2,1 pontos percentuais do PIB, dos quais 0,9 ponto percentual relativo às despesas com pessoal e encargos sociais e 1,2 ponto percentual às despesas com custeio e capital.

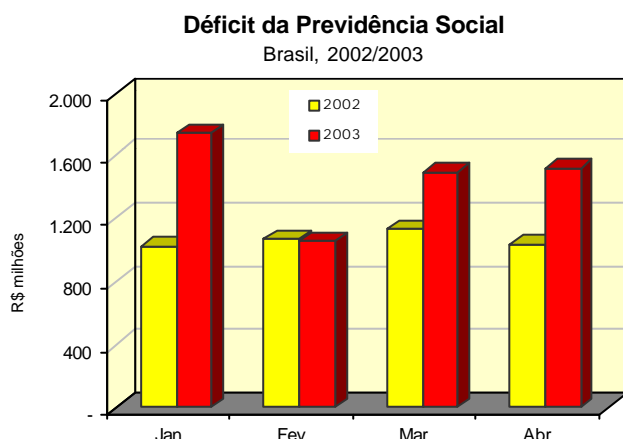
Os gastos com pessoal e encargos cresceram R\$ 1,4 bilhão (5,8%) em função dos efeitos financeiros dos reajustes concedidos aos servidores da União no segundo semestre de 2002, e do pagamento de passivos administrativos, precatórios e sentenças judiciais, nos termos da legislação vigente.

Por sua vez, as despesas de custeio e capital diminuiram R\$ 1,0 bilhão (5,3%) em relação aos primeiros quatro meses do ano passado, em boa medida devido à não utilização, por parte dos órgãos gestores, da totalidade dos recursos disponibilizados pelo Tesouro. É importante destacar, no entanto, que as áreas da saúde, educação e assistência social apresentaram percentual de execução financeira (em relação ao limite autorizado) superior às demais áreas do governo.

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 5,8 bilhões no quadrimestre, contra R\$ 4,3 bilhões em igual período de 2002. O acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (36,0%) este ano pode ser atribuído ao fato de as contribuições previdenciárias não terem apresentado comportamento similar ao dos benefícios. Enquanto as despesas cresceram 15,1% até abril (devido ao aumento da quantidade e do valor médios dos benefícios pagos), as receitas cresceram 10,9%.

*Ainda que as despesas totais de custeio tenham caído, aquelas associadas à saúde, educação e assistência social apresentaram execução acima de 90% de seus limites de despesa.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Abr (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	20,9	23,1	10,9%
Benefícios	25,1	28,9	15,1%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-4,3</b>	<b>-5,8</b>	<b>36,0%</b>



Em abril, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 26,7 bilhões, representando aumento de R\$ 5,9 bilhões em relação a março. Esse crescimento pode ser explicado, principalmente, pela elevação na arrecadação do Imposto de Renda e das demais receitas do Tesouro Nacional.

O acréscimo na arrecadação do Imposto de Renda pode ser explicado pelo pagamento da primeira cota ou cota única do IRPF devido na declaração de ajuste (aumento de R\$ 1,0 bilhão), pelo pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ referente ao primeiro trimestre de 2003 e arrecadação atípica proveniente de resultados obtidos por empresas estatais nesse período. Além disso, houve cinco semanas de fato gerador, contra quatro no mês anterior, com reflexos na arrecadação do IRRF (aumento de R\$ 0,4 bilhão), bem como da CPMF e do IOF.

**Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*Em abril, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 26,7 bilhões.*

As demais receitas do Tesouro cresceram R\$ 2,3 bilhões em relação a março. Parte expressiva desse incremento (R\$ 1,5 bilhão) decorreu da arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em função do recolhimento trimestral da parcela referente à participação especial. Além disso, em abril, observou-se recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de serviços de telecomunicações pela Agência Nacional de Serviços de Telecomunicações (Anatel) gerando aumento de R\$ 0,5 bilhão nas receitas comparativamente ao mês anterior.

### Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro quadrimestre de 2003, as receitas brutas do Tesouro Nacional totalizaram 19,3% do PIB, contra 21,0% em igual período do ano anterior. Tal comportamento explica-se, em grande parte, pela arrecadação atípica de R\$ 5,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2002, proveniente do pagamento de débitos atrasados de fundos de pensão conforme Medida Provisória nº 2.222/2001.

Essa redução foi compensada parcialmente pelo aumento das receitas de IRRF sobre rendimentos de capital, que passaram de R\$ 4,6 bilhões, no acumulado de janeiro a abril de 2002, para R\$ 7,0 bilhões em igual período de 2003, crescimento este devido à elevada arrecadação sobre operações de *swap* e fundos de renda fixa.

Por sua vez, as receitas com o Imposto de Importação atingiram R\$ 2,8 bilhões, contra R\$ 2,2 bilhões em igual período do ano anterior, em função da depreciação de 43,6% na taxa média de câmbio do período, mais que compensando a redução de 13,4% na alíquota média efetiva.

As receitas do IPI apresentaram queda de 1,5% do PIB para 1,3% do PIB, refletindo a redução das vendas de automóveis, a diminuição de alíquotas do IPI vinculado à importação e do IPI-Outros nos setores químico e de metalurgia.

As receitas de contribuições corresponderam a 8,6% do PIB, representando uma redução de 0,1 ponto percentual em relação a igual período de 2002. Vale destacar a redução das receitas da CIDE-Combustíveis, decorrente de decisões judiciais favoráveis aos contribuintes, em que pese o fato de a arrecadação de 2002 referir-se a recolhimentos em fevereiro, março e abril.

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 11,1 bilhões até abril deste ano, representando aumento de R\$ 1,9 bilhão comparativamente a igual período de 2002. Esse crescimento é explicado, principalmente, pela arrecadação da cota-parte de compensações financeiras, que passou de R\$ 2,0 bilhões para R\$ 5,1 bilhões, como decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento de produção petrolífera. Tal

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Impostos</b>	<b>9,9%</b>	<b>8,5%</b>
Imposto de Renda	7,5%	6,3%
IPI	1,5%	1,3%
Outros	0,9%	0,9%
<b>Contribuições</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,6%</b>
Cofins	3,8%	3,8%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,1%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,6%	0,5%
Outras	1,7%	1,7%
<b>Demais</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,2%</b>
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,4%	0,0%
Outras	1,7%	2,0%
<b>Total Bruto</b>	<b>21,0%</b>	<b>19,3%</b>

incremento mais que compensou a queda verificada nas receitas com concessões, devido à arrecadação em 2002 com os leilões das bandas “D” e “E”.

Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 1,1 bilhão, mantendo-se no mesmo nível que no ano anterior. Vale destacar que em 2003, os dividendos arrecadados foram provenientes, principalmente, da Petrobras (R\$ 356,8 milhões), da Caixa Econômica Federal (R\$ 296,8 milhões) e do Banco do Brasil (R\$ 163,7 milhões). De janeiro a abril de 2002, pode-se mencionar os dividendos pagos pelo BNDES (R\$ 444,4 milhões) e pela Petrobras (R\$ 217,1 milhões). Os dividendos pagos à União são importante fonte de recursos de natureza primária, contribuindo para aumentar as disponibilidades para financiamento de despesas, principalmente em áreas com menor acesso a receitas vinculadas, em particular o investimento público.

No acumulado de janeiro a abril de 2003, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,7% do PIB, representando uma redução de 0,5 ponto percentual do PIB em relação a igual período do ano anterior. A arrecadação atípica do IRPJ, nos primeiros meses de 2002, é o principal fator explicativo para a diminuição observada.

Comparando o primeiro quadrimestre de 2003 contra igual período do ano anterior, verificou-se que as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações, conforme a Lei Complementar nº 87/1996, mantiveram-se no mesmo nível (0,3% do PIB).

As demais transferências cresceram de 0,5% do PIB para 0,7% do PIB. A maior parte desse incremento deveu-se aos repasses dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo, cujas receitas aumentaram.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 361,0 milhões (3,6%) em relação a março, focalizado nos gastos com custeio e capital, que ficaram R\$ 350,6 milhões (7,9%) acima do verificado no mês anterior. Enquanto a folha de pagamento do funcionalismo público totalizou R\$ 5,6 bilhões, permanecendo praticamente no mesmo nível do mês anterior, as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os subsídios e subvenções econômicas, em conjunto, registraram acréscimo de R\$ 464,8 milhões, compensados, parcialmente, com a redução de R\$ 114,1 milhões (2,9%) nas demais despesas de custeio e capital.

No que concerne aos gastos do FAT, verificou-se acréscimo de R\$ 228,3 milhões em relação a março, refletindo o impacto do aumento do salário-mínimo. Os recursos financeiros liberados à Caixa Econômica Federal para pagamento do

**DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO  
Jan-Abr (R\$ milhões)**

EMPRESAS	2002	2003
Petrobras	217,1	356,8
Infraero	36,2	111,9
Correios	124,8	103,6
Banco do Brasil	111,5	163,7
Caixa	-	296,8
BNDES	444,4	-
Demais	154,5	78,0
<b>Total</b>	<b>1.088,6</b>	<b>1.110,9</b>

**Transferências a  
Estados e Municípios**
**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS  
Jan-Abr (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,92%	3,18%
Desoneração do ICMS	0,33%	0,35%
Demais	0,49%	0,69%
<b>Total</b>	<b>4,73%</b>	<b>4,22%</b>

**Despesas do  
Tesouro em relação  
ao mês anterior**
**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL  
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	Mar	Abr
Pessoal e Encargos	5.629,1	5.641,6
Custeio e Capital	4.413,8	4.764,4
Despesas do FAT	363,7	592,0
Subsídios e Subvenções	112,2	348,7
Outras	3.937,9	3.823,8
Transferência ao Bacen	41,5	39,4

benefício do seguro-desemprego foram de R\$ 330,8 milhões em março, e de R\$ 549,6 milhões em abril.

*As despesas com subsídios e subvenções econômicas aumentaram em 107% devido em grande parte às despesas com subvenções econômicas por meio dos fundos constitucionais (FNO, FCO, FNE), que passaram de 102,6 milhões, em 2002, para R\$ 475,4 milhões, em 2003.*

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 348,7 milhões, contra R\$ 112,2 milhões no mês de março, explicado pelo acréscimo de R\$ 282,5 milhões nas subvenções a projetos de investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio dos fundos constitucionais. Por outro lado, as despesas no âmbito do Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC) diminuíram R\$ 46,0 milhões comparativamente ao mês de março. O resultado das operações do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF) registrou recebimento líquido com vendas de produtos agrícolas que perfizeram R\$ 52,2 milhões, praticamente o mesmo nível do mês anterior.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes) totalizaram R\$ 39,4 milhões em abril, contra R\$ 41,5 milhões no mês anterior.

As despesas do Tesouro Nacional registraram queda de 2,1 pontos percentuais do PIB em relação ao primeiro quadrimestre de 2002, sendo 0,9 ponto percentual relativo à despesa com pessoal e encargos sociais e 1,2 ponto percentual a gastos com custeio e capital.

Em valores nominais, a rubrica pessoal e encargos sociais atingiu R\$ 24,7 bilhões no quadrimestre deste ano contra R\$ 23,4 bilhões no período do ano anterior. Tal variação decorre dos reajustes concedidos aos servidores da União, no segundo semestre de 2002, nos termos da legislação vigente, como por exemplo: i) instituição de gratificações por desempenho; ii) reestruturação remuneratória de cargos e carreiras; iii) pagamento parcelado de passivos a servidores civis do Poder Executivo, referentes aos índices de 3,17%, 28,86% e adicional de tempo de serviço (anuênios); e iv) pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas atingiram o montante de R\$ 744,2 milhões, contra R\$ 359,0 milhões em igual período do ano anterior. Contribuíram para esse acréscimo as despesas com subvenções econômicas por meio dos fundos constitucionais (FNO, FCO, FNE), que passaram de R\$ 102,6 milhões, em 2002, para R\$ 475,4 milhões, em 2003. Em contrapartida, houve diminuição de R\$ 41,3 milhões nos subsídios à agricultura, como reflexo do resultado das vendas líquidas de produtos agrícolas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), sobretudo arroz, milho e algodão, frente à evolução favorável dos preços. Ademais, em 2003, os gastos

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,87%</b>	<b>4,94%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,93%</b>	<b>3,71%</b>
Despesas do FAT	0,47%	0,37%
Subsídios e Subvenções	0,09%	0,15%
Outras	4,37%	3,19%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,03%

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Abr (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Agricultura</b>	<b>173,1</b>	<b>131,8</b>
Custeio Agropecuário	61,8	140,0
Investimento Rural	14,3	104,1
Preços Agrícolas	24,3	-289,8
- EGF	0,3	4,6
- AGF	-36,1	-301,6
- Sustentação de preços	60,1	7,2
Pronaf	72,7	112,6
Pesa	0,0	64,7
Cacau	0,0	0,2
<b>Outros</b>	<b>83,3</b>	<b>137,0</b>
Habituação (PSH)	0,0	118,6
Exportação (Proex)	83,3	18,4
<b>Total</b>	<b>256,4</b>	<b>268,8</b>



com o Programa Especial de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) atingiu o montante de R\$ 118,6 milhões, sem correspondência no ano anterior.

No que se refere às demais despesas de custeio e capital, houve diminuição de 1,2 ponto percentual do PIB, comparativamente ao período acumulado de janeiro a abril de 2002. Em valores nominais a redução foi de R\$ 1,4 bilhão (8,1%) justificado em boa medida pela não utilização, por parte dos órgãos gestores, da totalidade dos recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional referentes aos limites financeiros estabelecidos no Decreto nº 4.591/2003.

No primeiro quadrimestre de 2003, os ministérios que representam as áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) utilizaram 90,6% de seus limites de pagamento, ao passo que o percentual de execução de despesas dos demais Ministérios, em igual período, atingiu 68,8%. Além disso, o limite de pagamento à disposição desses órgãos em 2003 foi 6,0% superior ao montante autorizado para o mesmo quadrimestre de 2002.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central totalizaram R\$ 156,3 milhões de janeiro a abril de 2003, sem correspondência no acumulado de 2002.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 1,5 bilhão em abril, 1,6% superior ao verificado em março. A tabela, a seguir, apresenta em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS.

*Até abril deste ano, os ministérios que representam as áreas sociais utilizaram 90,6% de seus limites de pagamento, ao passo que o percentual de execução de despesas dos demais Ministérios, em igual período, atingiu 68,8%.*

## **Previdência Social**

*Em abril, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,5 bilhão. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 5,8 bilhões, valor equivalente a 1,16% do PIB.*

<b>TABELA 2 RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2002-2003</b>				
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Jan-Abr</b>	
	<b>2003</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>5.712,2</b>	<b>5.850,2</b>	<b>20.866,6</b>	<b>23.135,2</b>
Arrecadação Bruta	6.159,7	6.301,0	22.708,1	25.219,9
- Contribuição Previdenciária	5.773,3	5.976,8	21.284,3	23.609,9
- Simples	222,1	230,4	838,0	998,0
- CDP	0,0	0,0	37,0	0,0
- CFT	34,6	1,2	119,3	86,3
- Depósitos Judiciais	102,1	61,8	251,9	383,2
- Refis	27,7	30,8	130,9	121,3
- Outras Receitas	0,0	0,0	46,6	21,2
(-) Restituição/Devolução	-21,6	-17,3	-98,3	-81,4
(-) Transferências a Terceiros	-425,8	-433,5	-1.743,2	-2.003,2
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.209,7</b>	<b>7.371,8</b>	<b>25.143,1</b>	<b>28.949,4</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1.497,5</b>	<b>-1.521,6</b>	<b>-4.276,5</b>	<b>-5.814,1</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-1,07%</b>	<b>-1,16%</b>

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
Jan-Abr (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,24%	4,62%
Benefícios	6,31%	5,78%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,07%</b>	<b>-1,16%</b>

**Boxe 1 – Alteração na  
Tabela de Contribuição  
Previdenciária**

A MP nº 116, de 02/04/2003, alterou o valor do salário-mínimo de R\$ 200,00 para R\$ 240,00 a partir de 1º de abril. Por conseguinte, o MPS, através da Portaria nº 348/2003 reajustou a tabela de contribuição previdenciária com o objetivo de adequar os novos limites do salário de contribuição que incidirão alíquotas diferenciadas para fins de recolhimento ao INSS dos segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos. Pela nova tabela, nos salários de contribuição até R\$ 468,47 incide alíquota de 7,65%; entre R\$ 468,48 e R\$ 720,00 a alíquota aplicada é de 8,65%; entre R\$ 720,01 e R\$ 780,78 aplica-se alíquota de 9,00%; e nos salários entre R\$ 780,79 e R\$ 1.561,56 será aplicada a alíquota máxima de 11,00%.

Vale ressaltar que o aumento do salário-mínimo só terá impacto no caixa da Previdência no mês de maio.

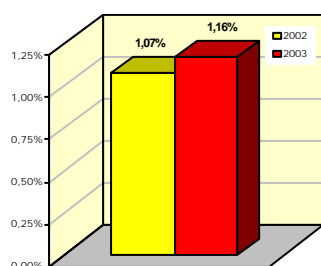
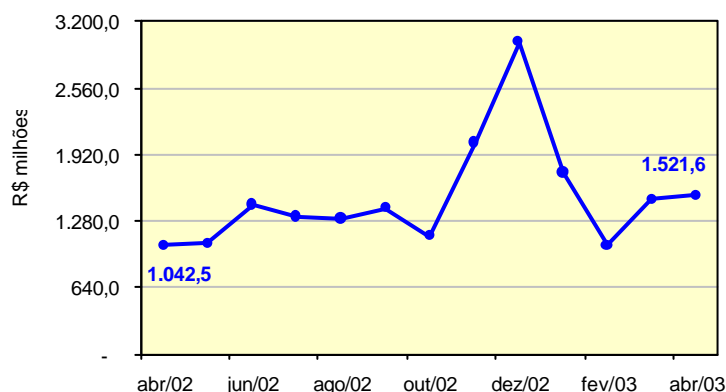
A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 5,9 bilhões, apresentando aumento de 2,4% em relação ao mês anterior. As despesas com benefícios previdenciários, comparativamente a março, também apresentaram crescimento (2,2%), totalizando R\$ 7,4 bilhões.

No primeiro quadrimestre deste ano, a arrecadação líquida do RGPS atingiu R\$ 23,1 bilhões contra R\$ 20,9 bilhões nos primeiros quatro meses de 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2003 corresponde a 4,6 pontos percentuais, apresentando decréscimo de 0,6 ponto percentual quando comparada a igual período do ano anterior.

As despesas com benefícios totalizaram R\$ 28,9 bilhões no ano, contra R\$ 25,1 bilhões observados em idêntico período de 2002. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo incremento de 910,8 mil na quantidade média de benefícios pagos em 2003, como também pela elevação de 12,0% do valor médio desses benefícios, reflexo do reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (impacto no caixa a partir de maio) e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso a partir de junho de 2002 (impacto no caixa a partir de julho).

Considerando as emissões médias dos benefícios no primeiro quadrimestre de 2003 comparativamente ao mesmo período de 2002, observam-se os seguintes incrementos: i) 363,6 mil (3,2%) nas aposentadorias; ii) 219,0 mil (34,5%) nos auxílios-doença; iii) 149,9 mil (2,9%) nas pensões por morte; iv) 139,4 mil (6,6%) nos benefícios assistenciais; v) 25,6 mil (3,7%) nos benefícios acidentários; vi) 10,6 mil (5,8%) nos salários-maternidade; e vii) 2,7 mil (15,6%) nos demais benefícios.

O déficit acumulado no 1º quadrimestre de 2003 apresentou acréscimo 34%, ou R\$ 1,5 bilhão, em relação a igual período de 2002, passando de R\$ 4,3 bilhões em 2002 para R\$ 5,8 bilhões em 2003, equivalentes a 1,07% do PIB e 1,16% do PIB, respectivamente.

**Déficit da Previdência Social**  
Brasil, Jan-Abr (R\$ bilhões)

**Déficit da Previdência Social**  
Brasil, 2002/2003


## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

No mês de abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 298,7 bilhões, equivalentes a 21,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em abril de 2002.

<b>TABELA 3</b>			
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO</b>			
<b>BRASIL, 2002/2003</b>			
	(R\$ milhões)		
	2002	2003	
	Abr	Mar	Abr
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>133.420</b>	<b>85.897</b>	<b>86.497</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	531.133	600.951	604.538
Dívida Contratual da STN	-304.666	-395.819	-398.536
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-93.047	-119.235	-119.505
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>174.920</b>	<b>248.698</b>	<b>212.159</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	134.051	189.794	161.393
Títulos Depositados em Garantia	-3.804	-6.157	-5.407
Dívida Contratual	45.615	66.189	57.221
Disponibilidades	-943	-1.127	-1.047
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>308.340</b>	<b>334.595</b>	<b>298.656</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>25,2%</b>	<b>24,0%</b>	<b>21,0%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*Em abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público diminuiu 3,0 pontos percentuais do PIB, devido, basicamente, à apreciação do real no mês.*

Em relação a março, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou queda de R\$ 35,9 bilhões, equivalente a 3,0 pontos percentuais do PIB. Tal comportamento é explicado pela redução de R\$ 36,5 bilhões da dívida externa líquida, devido à apreciação do real frente ao dólar em cerca de 13,8%, e, em contrapartida, pelo pequeno crescimento na dívida interna líquida (R\$ 600 milhões).

O incremento no estoque da dívida interna líquida, que passou de R\$ 85,9 bilhões, em março, para R\$ 86,5 bilhões, em abril, reflete os seguintes aumentos: i) da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 3,6 bilhões, resultante da emissão líquida de R\$ 4,2 bilhões ocorrida no mês de março e da apropriação de juros da dívida mobiliária em poder do público, basicamente decorrentes dos títulos indexados à taxa Selic e que foram, em parte, compensados pela correção dos indexados ao câmbio; e ii) dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações no montante de R\$ 3,0 bilhões.

## ***Dívida Interna Líquida***

**TABELA 4**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

	2002		2003
	Abr	Mar	Abr
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>133.420</b>	<b>85.897</b>	<b>86.497</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>531.133</b>	<b>600.951</b>	<b>604.538</b>
LFT	265.366	396.819	413.909
LTN	61.908	15.576	12.201
NTN-C	33.589	51.907	53.178
NTN-D	53.710	45.974	36.875
Demais	93.725	65.464	62.882
Dívida Securitizada	20.618	23.230	23.499
TDA	2.217	1.981	1.993
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-397.713</b>	<b>-515.054</b>	<b>-518.041</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-304.666	-395.819	-398.536
Dívida Bancária	25.383	25.362	25.405
Lei nº 7.976/89	-10.362	-12.513	-10.897
Lei nº 8.727/93	-45.332	-47.050	-47.215
Lei nº 9.496/97	-155.874	-201.781	-205.358
Renegociação Dívida Municipais	-20.847	-28.855	-29.402
Demais Haveres da STN	-97.633	-130.982	-131.069
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-93.047	-119.235	-119.505
FAT	-66.976	-83.798	-83.511
Demais Entidades	-26.070	-35.437	-35.994
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>43,5%</b>	<b>43,1%</b>	<b>42,5%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-32,6%</b>	<b>-36,9%</b>	<b>-36,4%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-24,9%</b>	<b>-28,4%</b>	<b>-28,0%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>10,9%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,1%</b>

*Em abril, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 86,5 bilhões, equivalentes a 6,1% do PIB.*

## Emissões e Resgates

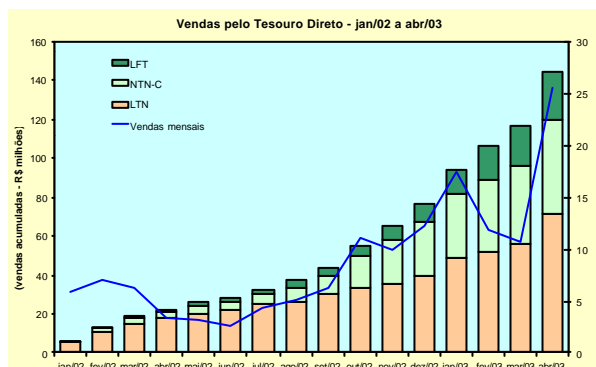
Em abril, foram emitidos R\$ 39,1 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional, enquanto os resgates no mês atingiram R\$ 35,0 bilhões. Em consequência, ocorreu emissão líquida de títulos em poder do público no montante de R\$ 4,2 bilhões.

As emissões realizadas via oferta pública totalizaram R\$ 39,0 bilhões, sendo: i) R\$ 29,8 bilhões em LFT, com vencimentos em fevereiro, junho, agosto e dezembro de 2004 e fevereiro, abril e junho de 2005; ii) R\$ 8,5 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2003 e janeiro e julho de 2004; e iii) R\$ 751,9 milhões em NTN-C, vencimentos em abril de 2008, julho de 2017 e abril de 2021.

### Boxe 2 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 25,5 bilhões corresponderam à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto, sendo a maior parte correspondente à venda de LTN (57,8%).

O volume vendido no mês de abril representou um recorde desde o início da venda direta de títulos públicos pela internet (janeiro de 2002). Desde então, foram cadastrados cerca de 8.300 investidores, o que reforça o sucesso do programa.



As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 103,0 milhões em abril. Dentre estas, destacam-se R\$ 61,9 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Quanto aos resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta, estes corresponderam a R\$ 1,1 bilhão.

### Boxe 3 - Emissão de NTN - C

Foi realizado, nos dias 28 e 31 de março (primeira e segunda etapas), com liquidação financeira em 1º de abril, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2008, 2017 e 2021. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 745,7 milhões, sendo R\$ 256,3 milhões (34,4%) relativos aos títulos com vencimento em 2008, R\$ 244,5 milhões (32,8%) àqueles vencendo em 2017 e R\$ 244,9 milhões (32,8%) referentes aos títulos com vencimento em 2021.

Do valor arrecadado, a maior parte, 60,7%, correspondeu a recebimento em dinheiro. Nos três vencimentos foram aceitas LFT, como meio de pagamento, sendo que para aqueles títulos que vencem em 2017 e 2021 também foram aceitas LFT-B e NTN-C, respectivamente. As taxas obtidas foram de 10,00%, 10,24% e 10,26% a.a., inferiores às taxas observadas no leilão anterior (10,10%, 10,30% e 10,35% a.a. para os vencimentos de 2008, 2017 e 2021, respectivamente).

No que tange aos avanços do gerenciamento da dívida pública federal no mês, vale ressaltar a manutenção da elevada demanda por títulos públicos, possibilitando o incremento da emissão de títulos prefixados em relação ao mês anterior e a queda nas taxas médias aceitas por estes títulos.

**TABELA 5**  
**EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER**  
**DO PÚBLICO**  
**BRASIL, Abr/2003**

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
<b>I. Emissões</b>	<b>39.046</b>	<b>103</b>	<b>39.149</b>
LFT	29.778	0	29.778
LTN	8.516	0	8.516
NTN-C	752	0	752
NTN-D	0	0	0
TDA	0	23	23
Securitizada**	0	0	0
Demais	0	80	80
<b>II. Resgates***</b>	<b>33.874</b>	<b>1.106</b>	<b>34.980</b>
LFT	16.749	0	16.749
LTN	12.044	0	12.044
NTN-C	577	0	577
NTN-D	4.503	0	4.503
TDA	0	28	28
Securitizada**	0	39	39
Demais	0	1.039	1.039
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>5.173</b>	<b>-1.003</b>	<b>4.170</b>

\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta. Destaca-se também que estão incluídas as vendas por meio do Tesouro Direto.

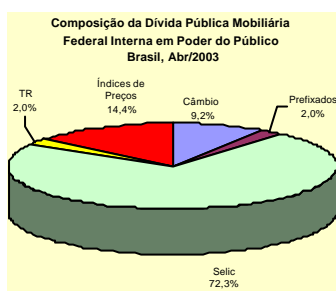
\*\* Inclui dívida agrícola.

\*\*\* Corresponde aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

*O Tesouro Nacional realizou, em abril, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 4,2 bilhões.*

## Composição

*A participação da dívida indexada ao dólar diminuiu 18% em março de 2003.*



Quanto às principais alterações na composição da DPMFi, observaram-se: i) aumento na participação dos títulos remunerados à taxa Selic (2,49 pontos percentuais) devido à emissão líquida de LFT, no valor de R\$ 13,0 bilhões; e ii) queda em 18% na participação de títulos cambiais na dívida total, como resultado inter alia da expressiva apreciação do real em abril (13,8%).

**TABELA 6**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2002/2003** (%)

Indexador	2002		2003
	Abr	Mar	Abr
Selic	60,91	69,86	72,35
Câmbio	13,10	11,27	9,17
Prefixados	11,78	2,63	2,05
Índices de Preços	11,67	14,21	14,40
TR	2,53	2,02	2,03
Outros	0,01	0,01	0,01

\* Não inclui dívida agrícola.

## Custo Médio

*Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi caiu 4,2 pontos percentuais em abril.*

O custo médio da DPMFi em poder do público decresceu significativamente, de 13,3% a.a., em março, para 1,5% a.a., em abril, menor nível observado desde agosto de 2002. Esta queda reflete a expressiva redução do custo da NTN-D (título vinculado à variação cambial).

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também caiu, passando de 29,7% a.a., em março, para 25,5% a.a., em abril. Essa queda foi fortemente influenciada pela menor variação do IGP-M em relação ao mês anterior (0,92% em abril, contra 1,53% em março), que reduziu o custo da NTN-C.

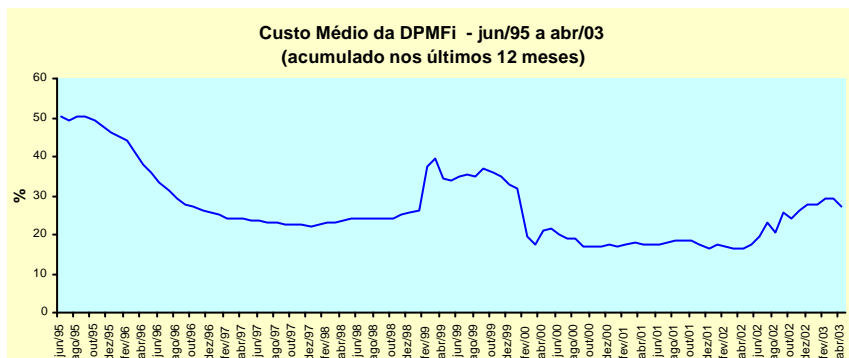
**TABELA 7**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2003** (% anual)

Período	Total	
	(1)	(2)
<b>2000</b>	<b>17,45</b>	<b>17,64</b>
<b>2001</b>	<b>17,00</b>	<b>16,79</b>
<b>2002</b>	Abr	17,84
	Mai	18,39
	Jun	19,65
	Jul	19,64
	Ago	20,17
	Set	21,01
	Out	24,35
	Nov	31,73
	Dez	29,06
	<b>2002</b>	<b>21,00</b>
<b>2003</b>	Jan	28,13
	Fev	29,11
	Mar	29,74
	Abr	25,53

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos doze meses foi de 27,2 % a.a. (vide gráfico abaixo). Menores variações nos índices de preços em abril e a apreciação do câmbio, em magnitude superior ao observado no mês anterior, mantiveram a tendência de queda deste indicador. Vale ressaltar que tal medida reflete melhor o comportamento do custo médio da dívida pública, dado que o custo em termos mensais é fortemente influenciado pelas variações dos diversos indexadores dos títulos públicos.



Em abril, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução (32,9 meses contra 33,2 meses em março). A redução do prazo médio foi minimizada pelo grande volume de LTN emitido com prazo médio de 8,7 meses, superior ao prazo médio do estoque desses títulos em março (1,55 mês), e ao resgate de 77,3% do estoque desses títulos naquele mês. O mesmo ocorreu com as NTN-C, que foram emitidas com prazo médio de 149,7 meses em abril, enquanto no mês anterior seu prazo médio foi de 67,2 meses.

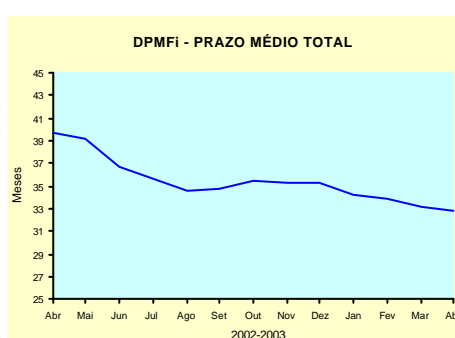
## Prazo Médio

**TABELA 8  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO**

**BRASIL, 2002/2003**

Período	(meses)	
	Total	Of. Pub. (1)
<b>2002</b>		
Abr	39,76	28,41
Mai	39,16	27,76
Jun	36,76	24,00
Jul	35,60	22,83
Ago	34,57	21,28
Set	34,85	21,40
Out	35,53	22,43
Nov	35,39	22,68
Dez	35,32	23,05
<b>2003</b>		
Jan	34,21	22,09
Fev	33,91	22,07
Mar	33,21	21,94
Abr	32,85	22,44

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO**

**BRASIL, 2002/2003**

Titulo	(meses)		
	2002 Abr	2003 Mar	2003 Abr
LTN	4,76	1,55	7,43
LFT	36,09	20,25	19,99
NTN-C	69,13	67,19	67,25
NTN-D	17,96	15,66	16,38
TDA	49,87	52,73	52,84
Dívida Securitizada*	60,61	59,18	58,11
Demais	115,84	117,35	117,46
<b>Total</b>	<b>39,76</b>	<b>33,21</b>	<b>32,85</b>

(\* ) Inclui dívida agrícola.

Cabe destacar que o processo de alongamento dos prazos de emissão dos títulos da DPMFi teve continuidade em abril, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF). Tanto as LTN, quanto as LFT foram emitidas com prazos superiores aos de março. Os títulos prefixados

emitidos em mercado em abril atingiram prazo de até 14 meses, contra 7 meses em março. No caso das LFT, o prazo máximo de emissão foi de 26 meses, ante 21 meses em março.

## Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em moeda nacional, e os haveres (representados pelos títulos depositados em garantia e as disponibilidades de fundos autarquias e fundações) apresentaram, em abril, redução de 14,6% e 11,4%, respectivamente. Em consequência, a dívida externa líquida registrou queda de 14,7%, totalizando ao final do mês o montante de R\$ 212,2 bilhões (14,9% do PIB).

*Em abril, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional diminuiu em 14,7%.*

**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

	2002		2003	
	Abr	Mar	Mar	Abr
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>134.051,0</b>	<b>189.793,7</b>		<b>161.393,2</b>
Bônus de Renegociação	44.729,7	62.030,1		52.310,6
Bônus de Captação	89.321,3	127.763,5		109.082,6
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>45.615,0</b>	<b>66.188,9</b>		<b>57.220,7</b>
Organismos Multilaterais	23.663,9	36.015,0		31.026,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.027,2	11.364,0		9.792,4
Clube de Paris	13.923,9	18.809,8		16.402,1
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>179.666,1</b>	<b>255.982,6</b>		<b>218.613,9</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.803,6</b>	<b>-6.156,8</b>		<b>-5.407,5</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-942,8</b>	<b>-1.127,4</b>		<b>-1.047,3</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>174.919,7</b>	<b>248.698,4</b>		<b>212.159,1</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>14,3%</b>	<b>17,8%</b>		<b>14,9%</b>

O serviço da DPFe, em abril, totalizou R\$ 6,9 bilhões, dos quais R\$ 3,7 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 3,2 bilhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte referiu-se aos pagamentos de principal (R\$ 2,9 bilhões) e de juros e encargos da dívida mobiliária externa (R\$ 3,3 bilhões).

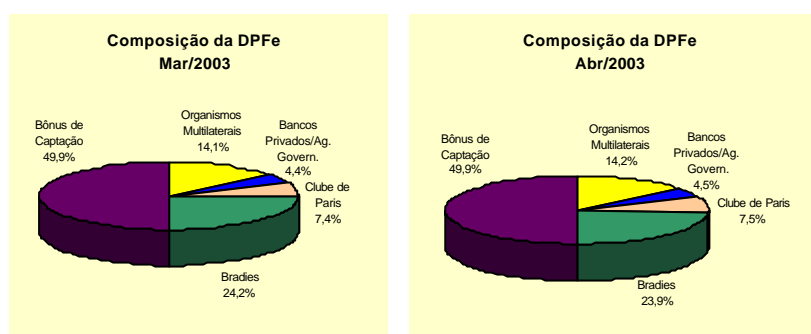
*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 6,9 bilhões no mês de abril.*

**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, Abr/2003**

Discriminação	2003		Total
	Principal	Juros e Encargos	
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>3.196,6</b>	<b>3.678,3</b>	<b>6.874,9</b>
I.1. Organismos Multilaterais	229,6	97,9	327,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	76,2	244,7	320,9
I.3. Dívida Mobiliária	2.890,8	3.335,7	6.226,5



Em abril não ocorreram alterações significativas na composição do estoque da DPFe. No entanto, o prazo médio da mesma aumentou de 5,9 anos em março, para 6,0 anos em abril. Esta variação decorre da amortização dos bônus *Bradies*, ocorrida em 15 de abril, que pressionavam o referido indicador em função de seu prazo remanescente reduzido.



O custo médio da dívida mobiliária externa, em dólares, aumentou de 8,55% a.a. em março para 8,63% a.a. ao ano em abril. A variação pouco significativa ocorreu em virtude da ausência de novos eventos, como emissões e cancelamentos no mês.

**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**  
**MOBILIÁRIA EXTERNA**  
**BRASIL, 2002/2003**

Título	2002		2003
	Abr	Mar	Abr
<b>Prazo Médio (anos)</b>	<b>6,31</b>	<b>5,88</b>	<b>5,97</b>
Bônus de Renegociação	6,45	5,82	6,04
Bônus de Captação	6,23	5,91	5,94
Globais	7,52	7,17	7,12
Euros	3,42	3,57	3,49
Demais	2,55	2,20	2,46
<b>Custo Médio (% a.a.) *</b>	<b>8,57</b>	<b>8,55</b>	<b>8,63</b>
Bônus de Renegociação	5,15	4,93	4,98
Bônus de Captação	10,28	10,30	10,38
Globais	11,16	11,16	11,16
Euros	10,04	10,28	10,28
Demais	5,06	4,97	5,05

\* Custo Médio em dólares.

### Composição, Prazo e Custo Médios

#### Boxe 4 - Retomada de Emissões da República Internacional de Títulos

O sucesso na condução da política econômica do atual governo possibilitou a retomada das emissões externas pela República, fato que não ocorria desde abril de 2002. O anúncio da nova emissão ocorreu no dia 29 de abril, quando foi emitido US\$ 1,0 bilhão em bônus globais, com liquidação financeira em 6 de maio. O título, com vencimento em 2007 e cupom de juros de 10% a.a., foi vendido com 783 pontos-base (p.b.) sobre os títulos do Tesouro americano de 5 anos, equivalente à *yield* de 10,70% a.a..

*A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,63% a.a. e prazo médio de 6,0 anos, em abril.*

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Abr/2002	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>26.810,9</b>	<b>24.907,9</b>	<b>22.331,6</b>	<b>27.136,3</b>	<b>24.129,9</b>	<b>29.018,5</b>	<b>29.964,3</b>	<b>26.975,2</b>	<b>33.938,3</b>	<b>32.439,4</b>	<b>27.721,8</b>	<b>26.233,4</b>	<b>32.105,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>21.439,6</b>	<b>19.371,2</b>	<b>17.042,4</b>	<b>21.359,8</b>	<b>18.323,9</b>	<b>23.262,1</b>	<b>23.872,9</b>	<b>21.143,6</b>	<b>23.865,0</b>	<b>26.978,1</b>	<b>21.610,3</b>	<b>20.521,2</b>	<b>26.255,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	21.632,6	19.615,9	18.174,1	22.535,1	19.746,4	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.802,3	26.683,1
- Impostos	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2
- Contribuições	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9
- Demais	2.857,9	1.976,4	1.315,8	2.512,3	1.572,6	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.559,8	3.935,0
I.1.2. (-) Restituições	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.371,3</b>	<b>5.536,6</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>5.806,0</b>	<b>5.756,4</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>10.073,3</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>	<b>5.712,2</b>	<b>5.850,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.282,1</b>	<b>5.343,5</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>	<b>4.183,2</b>	<b>4.413,3</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>	<b>4.742,2</b>	<b>5.704,3</b>	<b>6.144,8</b>	<b>4.769,7</b>	<b>4.502,3</b>
II.1. Transferências Constitucionais	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9
II.3. Demais	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>22.528,8</b>	<b>19.564,4</b>	<b>18.655,4</b>	<b>22.891,3</b>	<b>19.946,8</b>	<b>24.605,2</b>	<b>24.691,2</b>	<b>21.568,7</b>	<b>29.196,1</b>	<b>26.735,1</b>	<b>21.577,1</b>	<b>21.463,8</b>	<b>27.603,6</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>16.754,6</b>	<b>17.711,1</b>	<b>16.824,6</b>	<b>20.929,5</b>	<b>18.561,8</b>	<b>17.598,2</b>	<b>20.853,1</b>	<b>20.540,4</b>	<b>32.301,8</b>	<b>19.705,2</b>	<b>17.607,3</b>	<b>17.294,1</b>	<b>17.817,2</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.359,4</b>	<b>5.288,5</b>	<b>5.923,1</b>	<b>7.046,9</b>	<b>5.543,6</b>	<b>5.248,9</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.411,4</b>	<b>8.790,1</b>	<b>7.514,5</b>	<b>5.942,4</b>	<b>5.629,1</b>	<b>5.641,6</b>
IV.1.1. INSS	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	452,8	603,8	307,6	296,4
IV.1.2. Demais	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.061,7	5.338,6	5.321,5	5.345,2
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.413,8</b>	<b>6.608,6</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>7.117,2</b>	<b>7.167,1</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>13.070,8</b>	<b>7.201,3</b>	<b>7.166,6</b>	<b>7.209,7</b>	<b>7.371,8</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.981,3</b>	<b>5.814,0</b>	<b>4.167,6</b>	<b>6.791,1</b>	<b>5.901,0</b>	<b>5.182,2</b>	<b>7.938,7</b>	<b>6.264,5</b>	<b>10.440,9</b>	<b>4.988,5</b>	<b>4.423,8</b>	<b>4.413,8</b>	<b>4.764,4</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	328,8	363,7	592,0
- Abono e Seguro Desemprego	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	317,6	330,8	549,6
- Demais Despesas do FAT	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,9	42,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	116,3	167,1	112,2	348,7
- Operações Oficiais de Crédito	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8	16,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	49,4	331,9
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.535,7	5.646,6	9.514,6	4.303,1	3.927,9	3.937,9	3.823,8
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,9</b>	<b>74,4</b>	<b>41,5</b>	<b>39,4</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>5.774,3</b>	<b>1.853,3</b>	<b>1.830,7</b>	<b>1.961,8</b>	<b>1.385,0</b>	<b>7.007,0</b>	<b>3.838,1</b>	<b>1.028,3</b>	<b>-3.105,7</b>	<b>7.029,9</b>	<b>3.969,8</b>	<b>4.169,7</b>	<b>9.786,3</b>
V.1. Tesouro Nacional	6.816,7	2.925,3	3.275,4	3.276,7	2.696,1	8.417,8	4.976,7	3.061,3	-108,3	8.769,9	5.024,9	5.667,2	11.307,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-56,6</b>	<b>-43,8</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>	<b>-77,5</b>	<b>-86,8</b>	<b>-58,2</b>	<b>-48,0</b>	<b>-142,0</b>	<b>-38,0</b>	<b>23,8</b>	<b>-13,6</b>	<b>-20,7</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>5.717,6</b>	<b>1.809,5</b>	<b>1.760,1</b>	<b>1.901,8</b>	<b>1.307,5</b>	<b>6.920,2</b>	<b>3.779,8</b>	<b>980,4</b>	<b>-3.247,7</b>	<b>6.991,9</b>	<b>3.993,6</b>	<b>4.156,1</b>	<b>9.765,7</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>14,8</b>	<b>38,6</b>	<b>21,4</b>	<b>187,8</b>	<b>110,4</b>	<b>-876,3</b>	<b>533,1</b>	<b>580,2</b>	<b>-1.118,4</b>	<b>-273,6</b>	<b>613,6</b>	<b>-703,3</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>5.732,5</b>	<b>1.848,0</b>	<b>1.781,5</b>	<b>2.089,6</b>	<b>1.417,9</b>	<b>6.043,8</b>	<b>4.312,9</b>	<b>1.560,5</b>	<b>-4.366,1</b>	<b>6.718,2</b>	<b>4.607,2</b>	<b>3.452,8</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-8.338,9</b>	<b>-15.995,2</b>	<b>-23.076,4</b>	<b>-28.470,0</b>	<b>12.383,6</b>	<b>-40.920,9</b>	<b>565,3</b>	<b>-499,5</b>	<b>2.139,2</b>	<b>-11.083,9</b>	<b>-8.783,8</b>	<b>-172,1</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-2.606,4</b>	<b>-14.147,2</b>	<b>-21.294,9</b>	<b>-26.380,4</b>	<b>13.801,5</b>	<b>-34.877,0</b>	<b>4.878,2</b>	<b>1.061,1</b>	<b>-2.226,9</b>	<b>-4.365,6</b>	<b>-4.176,6</b>	<b>3.280,7</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Abr/2002	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2003
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>25.079,8</b>	<b>27.388,7</b>	<b>22.621,9</b>	<b>25.244,1</b>	<b>27.311,1</b>	<b>27.193,5</b>	<b>33.751,5</b>	<b>30.054,7</b>	<b>37.468,8</b>	<b>26.460,3</b>	<b>30.577,3</b>	<b>28.028,2</b>	<b>28.920,7</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.183,4	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.038,2	1.015,1	1.445,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9
I.5 - Receita do Salário Educação	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,3	3,0	2,6	2,4	2,3	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2
<b>II. DESPESAS</b>	<b>26.267,7</b>	<b>24.156,5</b>	<b>26.686,6</b>	<b>25.320,7</b>	<b>28.930,8</b>	<b>26.459,9</b>	<b>33.935,4</b>	<b>31.130,5</b>	<b>40.427,0</b>	<b>24.794,9</b>	<b>29.770,1</b>	<b>25.520,2</b>	<b>28.925,6</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>5.038,3</b>	<b>5.938,3</b>	<b>4.498,2</b>	<b>4.898,4</b>	<b>5.540,3</b>	<b>5.214,3</b>	<b>5.615,6</b>	<b>6.262,4</b>	<b>5.726,0</b>	<b>6.856,8</b>	<b>6.971,7</b>	<b>5.702,0</b>	<b>5.560,6</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>21.229,4</b>	<b>18.218,2</b>	<b>22.188,4</b>	<b>20.422,3</b>	<b>23.390,6</b>	<b>21.245,6</b>	<b>28.319,8</b>	<b>24.868,1</b>	<b>34.701,0</b>	<b>17.938,1</b>	<b>22.798,4</b>	<b>19.818,1</b>	<b>23.365,0</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,4	5.711,2	5.710,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5
i) Dívida Contratual Interna	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3
ii) Dívida Contratual Externa	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.554,2	3.922,7	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.011,1	3.843,7	3.904,2	3.959,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-1.187,9</b>	<b>3.232,2</b>	<b>-4.064,7</b>	<b>-76,6</b>	<b>-1.619,7</b>	<b>733,6</b>	<b>-184,0</b>	<b>-1.075,8</b>	<b>-2.958,2</b>	<b>1.665,4</b>	<b>807,2</b>	<b>2.508,0</b>	<b>-4,9</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>22.684,1</b>	<b>11.892,7</b>	<b>7.044,0</b>	<b>25.584,9</b>	<b>9.433,4</b>	<b>4.149,4</b>	<b>11.012,4</b>	<b>35.037,7</b>	<b>36.723,8</b>	<b>16.269,0</b>	<b>25.919,2</b>	<b>31.734,4</b>	<b>41.545,8</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	554,8	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1
<b>V. DESPESAS</b>	<b>19.695,7</b>	<b>5.855,9</b>	<b>18.295,1</b>	<b>10.345,3</b>	<b>10.869,9</b>	<b>14.717,5</b>	<b>31.814,5</b>	<b>34.760,9</b>	<b>24.406,4</b>	<b>8.056,9</b>	<b>28.215,3</b>	<b>25.225,2</b>	<b>6.440,9</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9
V.2.1 - Dívida Interna	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5
V.2.2 - Dívida Externa	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>3.188,1</b>	<b>6.767,2</b>	<b>-9.969,4</b>	<b>14.855,9</b>	<b>-2.397,2</b>	<b>-10.358,6</b>	<b>-17.742,6</b>	<b>579,5</b>	<b>13.789,9</b>	<b>8.245,6</b>	<b>-621,6</b>	<b>6.637,5</b>	<b>35.727,8</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-3.352,3</b>	<b>5.679,1</b>	<b>8.687,0</b>	<b>3.163,4</b>	<b>4.970,2</b>	<b>4.227,3</b>	<b>4.872,3</b>	<b>-3.592,1</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>	<b>-1.853,9</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-1.551,8</b>	<b>14.948,1</b>	<b>-6.628,8</b>	<b>18.326,4</b>	<b>1.914,0</b>	<b>-5.607,2</b>	<b>-16.113,8</b>	<b>-4.391,1</b>	<b>-2.709,9</b>	<b>8.519,8</b>	<b>1.749,7</b>	<b>8.244,8</b>	<b>33.246,1</b>

(\*) Dados retificados

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL**

R\$ milhões

	<b>Abr/2002</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr/2003</b>
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>6.128,2</b>	<b>6.117,9</b>	<b>9.811,3</b>	<b>10.946,5</b>	<b>8.850,3</b>	<b>21.133,5</b>	<b>13.264,3</b>	<b>12.123,0</b>	<b>1.359,2</b>	<b>12.234,7</b>	<b>7.122,6</b>	<b>3.864,9</b>	<b>7.327,1</b>
I.1. Emissão de Títulos	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	58,9	189,0	341,8	105,1	204,7	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>9.480,5</b>	<b>438,8</b>	<b>1.124,2</b>	<b>7.783,2</b>	<b>3.880,1</b>	<b>16.906,2</b>	<b>8.392,0</b>	<b>15.715,1</b>	<b>13.428,5</b>	<b>13.592,4</b>	<b>3.883,9</b>	<b>4.637,3</b>	<b>9.181,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7
II.2. Encargos da DPMF	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-3.352,3</b>	<b>5.679,1</b>	<b>8.687,0</b>	<b>3.163,4</b>	<b>4.970,2</b>	<b>4.227,3</b>	<b>4.872,3</b>	<b>-3.592,1</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>	<b>-1.853,9</b>

**TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**

R\$ milhões

	Abr/2002	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2003
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	37,8	15,8	61,8	3,2
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. TOTAL</b>	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8	16,8

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Abr/2002	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2003
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>133.420,3</b>	<b>138.380,4</b>	<b>135.041,8</b>	<b>141.710,8</b>	<b>122.081,9</b>	<b>111.106,9</b>	<b>92.672,7</b>	<b>87.865,4</b>	<b>69.689,5</b>	<b>70.006,8</b>	<b>73.778,1</b>	<b>85.896,6</b>	<b>86.496,5</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	531.132,8	538.399,8	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0
Dívida Bancária	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9
INSS	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6
Lei 7.976/89	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5
Bônus Renegociação	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1
Lei 8.727/93	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1
Lei 9.496/97	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8
Recebíveis das Estatais	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.487,0	-31.345,1
Outros	-30.188,0	-30.173,3	-30.506,0	-37.194,9	-37.549,0	-38.044,0	-38.429,8	-38.843,4	-40.341,6	-42.236,2	-42.401,3	-42.842,2	-43.176,3
Fat	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8
Demais Entidades	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.436,8	-35.994,5
Créditos das Operações Oficiais	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8
Arrecadação a Recolher	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-9.081,3
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>	<b>212.159,1</b>
Dívida Mobiliária	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5
Dívida Contratual	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7
Disponibilidades	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>308.339,9</b>	<b>325.984,2</b>	<b>347.807,2</b>	<b>398.619,3</b>	<b>347.600,9</b>	<b>398.921,0</b>	<b>360.583,7</b>	<b>357.993,6</b>	<b>332.378,4</b>	<b>332.660,9</b>	<b>338.316,1</b>	<b>334.595,0</b>	<b>298.655,6</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>25,2%</b>	<b>26,5%</b>	<b>28,0%</b>	<b>31,7%</b>	<b>27,4%</b>	<b>31,2%</b>	<b>27,9%</b>	<b>27,4%</b>	<b>25,2%</b>	<b>24,7%</b>	<b>24,7%</b>	<b>24,0%</b>	<b>21,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Abr/2002	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2003
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>134.051,0</b>	<b>143.612,1</b>	<b>163.790,8</b>	<b>194.479,2</b>	<b>171.605,4</b>	<b>220.897,7</b>	<b>205.338,3</b>	<b>204.856,1</b>	<b>200.667,7</b>	<b>200.986,8</b>	<b>203.367,9</b>	<b>189.793,7</b>	<b>161.393,2</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>44.729,7</b>	<b>47.750,1</b>	<b>53.853,7</b>	<b>64.912,6</b>	<b>57.221,9</b>	<b>73.682,7</b>	<b>67.564,3</b>	<b>67.329,2</b>	<b>65.418,4</b>	<b>65.279,6</b>	<b>65.972,0</b>	<b>62.030,1</b>	<b>52.310,6</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7
Par Bond (PB)	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9
Discount Bond (DB)	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2
Debt Conversion Bond (DCB)	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2
New Money Bond (NMB)	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1
Eligible Interest (EI)	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>89.321,3</b>	<b>95.862,0</b>	<b>109.937,1</b>	<b>129.566,6</b>	<b>114.383,5</b>	<b>147.215,0</b>	<b>137.774,0</b>	<b>137.526,9</b>	<b>135.249,3</b>	<b>135.707,2</b>	<b>137.395,8</b>	<b>127.763,5</b>	<b>109.082,6</b>
Bônus Marco Alemão 2007	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7
Bônus Parallel Franco	319,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	380,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	304,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3
Bônus EuroIra	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8
Bônus Eurosterling 2007	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5
Bônus Euro 2003	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3
Bônus Global 2008	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5
Bônus Global 2004	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4
Bônus Euro 2002	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9
Bônus Global 2009	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6
Bônus Euro 2006	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3
Bônus Global 2020	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8
Bônus Euro 2010	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8
Bônus Global 2030	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7
Bônus Samurai 2003	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2
Bônus Euro 2005	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2
Bônus Global 2007	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7
Bônus Global 2040	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6
Bônus Euro 2007	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8
Bônus Samurai 2006	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1
Bônus Global 2006	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7
Bônus Euro 2011	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4
Bônus Global 2024	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1
Bônus Samurai 2007	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1
Bônus Global 2005	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8
Bônus Global 2012	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3
Euro Bond 2009	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2
Bônus Global 2010	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.803,6</b>	<b>-4.022,4</b>	<b>-4.565,6</b>	<b>-5.656,7</b>	<b>-5.284,3</b>	<b>-7.107,4</b>	<b>-6.365,2</b>	<b>-6.313,7</b>	<b>-6.442,1</b>	<b>-6.393,5</b>	<b>-6.697,7</b>	<b>-6.156,8</b>	<b>-5.407,5</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>45.615,0</b>	<b>49.003,9</b>	<b>54.544,8</b>	<b>69.155,8</b>	<b>60.380,5</b>	<b>75.150,2</b>	<b>70.041,2</b>	<b>72.834,3</b>	<b>69.554,3</b>	<b>69.171,0</b>	<b>69.004,9</b>	<b>66.188,9</b>	<b>57.220,7</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>	<b>-1.047,3</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>	<b>212.159,1</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>14,3%</b>	<b>15,3%</b>	<b>17,1%</b>	<b>20,5%</b>	<b>17,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>20,8%</b>	<b>20,7%</b>	<b>19,9%</b>	<b>19,5%</b>	<b>19,3%</b>	<b>17,8%</b>	<b>14,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Abr/2002	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2003
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>730.722,1</b>	<b>746.927,5</b>	<b>760.458,8</b>	<b>806.298,3</b>	<b>799.952,0</b>	<b>831.903,3</b>	<b>821.160,9</b>	<b>832.223,7</b>	<b>840.972,1</b>	<b>872.999,6</b>	<b>888.560,4</b>	<b>898.891,6</b>	<b>899.117,2</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>531.132,8</b>	<b>538.399,8</b>	<b>544.610,9</b>	<b>575.976,6</b>	<b>554.480,1</b>	<b>567.886,3</b>	<b>555.039,5</b>	<b>562.713,0</b>	<b>557.205,4</b>	<b>575.019,4</b>	<b>584.485,6</b>	<b>600.951,0</b>	<b>604.538,0</b>
Dívida Securitizada	20.577,3	20.624,4	20.608,8	20.704,7	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1
Certificados de Privatização	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1
TDA	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1
LTN	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2
LFT	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0
LFT-A	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8
LFT-B	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1
NTN-A	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5
NTN-B	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0
NTN-C	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9
NTN-D	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1
NTN-H	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7
NTN-I	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5
NTN-P	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2
CFT-A	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7
CFT-D	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6
Demais	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>199.589,3</b>	<b>208.527,7</b>	<b>215.847,8</b>	<b>230.321,7</b>	<b>245.471,9</b>	<b>264.017,0</b>	<b>266.121,4</b>	<b>269.510,7</b>	<b>283.766,7</b>	<b>297.980,2</b>	<b>304.074,8</b>	<b>297.940,6</b>	<b>294.579,3</b>
LTN	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1
LFT	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9
LFT-A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	1.715,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5
Demais	1.589,1	1.599,9	1.610,0	1.696,4	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>43,5%</b>	<b>43,8%</b>	<b>43,8%</b>	<b>45,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>44,4%</b>	<b>43,0%</b>	<b>43,1%</b>	<b>42,2%</b>	<b>42,8%</b>	<b>42,7%</b>	<b>43,1%</b>	<b>42,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	<b>Abr/2002</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr/2003</b>
<b>I. INTERNA</b>	<b>-93.046,8</b>	<b>-94.351,2</b>	<b>-95.200,3</b>	<b>-98.067,7</b>	<b>-99.480,4</b>	<b>-101.364,7</b>	<b>-103.516,1</b>	<b>-109.023,6</b>	<b>-110.307,8</b>	<b>-115.124,5</b>	<b>-116.798,7</b>	<b>-119.235,0</b>	<b>-119.505,3</b>
Dívida contratual	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6
FAT	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8
Aplicações financeiras	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7
Fundos Regionais	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.376,5	-21.294,5
Demais	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>	<b>-1.047,3</b>
Disponibilidades	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-93.989,6</b>	<b>-95.340,9</b>	<b>-96.204,9</b>	<b>-99.137,6</b>	<b>-100.662,9</b>	<b>-102.491,1</b>	<b>-104.619,5</b>	<b>-110.272,1</b>	<b>-111.398,8</b>	<b>-116.234,7</b>	<b>-117.935,8</b>	<b>-120.362,4</b>	<b>-120.552,6</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

As transferências referentes aos Fundos de Participação apresentaram no mês de abril de 2003 variação negativa de 4,8% quando comparadas ao mês de março de 2003. No entanto, esse percentual é inferior ao inicialmente previsto que estimava uma queda de 6%. No primeiro quadrimestre do ano de 2003 os Fundos ainda apresentaram crescimento nominal de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para o mês de maio de 2003 as estimativas apontam crescimento acima de 25% em relação ao mês de abril.

Alertamos, mais uma vez, que no mês de junho de 2003, devido ao início do processo de restituição do Imposto de Renda Pessoas Físicas, as transferências deverão ser muito inferiores aos repasses do mês de maio de 2003.

## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A MAR	ABR/03 MAR/03	ABR/03 ABR/02	JAN A ABR/03 JAN A ABR/02
2002	1.790,9	1.714,7	7.665,8	-	-	-
2003	1.771,3	1.860,3	7.813,4	-4,8 %	-1,1 %	+1,9 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/03 MAR/03	ABR/03 ABR/02	JAN A ABR/03 JAN A ABR/02
2002	1.711,3	1.638,5	7.325,1	-	-	-
2003	1.692,6	1.777,7	7.466,2	-4,8 %	-1,1%	+1,9 %

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

## PREVISTO X REALIZADO

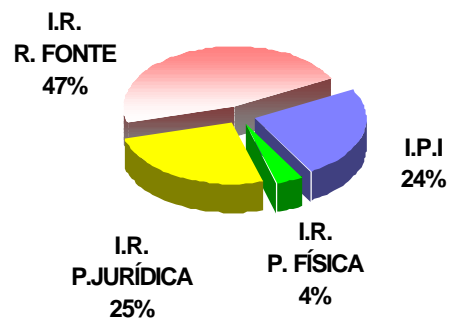
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **abril** foram efetuados nas seguintes datas: **10/04, 17/04 e 30/04**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
<b>ABR</b>	<b>-6,0 %</b>	<b>-4,8 %</b>	<b>-6,0 %</b>	<b>-4,8 %</b>	<b>+5,0 %</b>	<b>+11,8 %</b>

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **abril** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

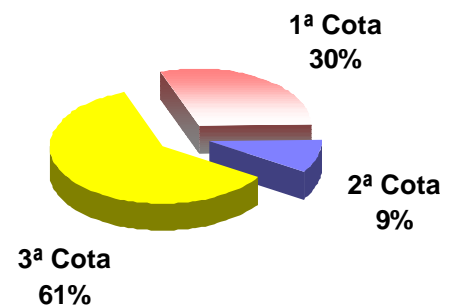
### BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



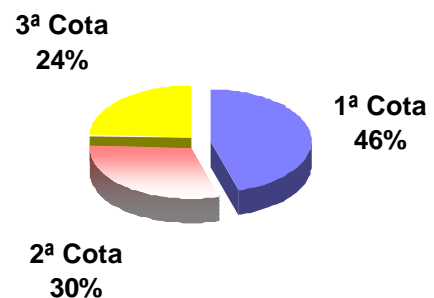
### DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de março a 20 de abril, conforme demonstrativo abaixo:

**R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Mar	522,2	3.216,4	3.738,6						
<b>ABR/2003</b>	<b>1.488,4</b>	<b>8.900,9</b>	<b>10.389,2</b>	<b>ABR/2003</b>	<b>7.872,4</b>	<b>1.438,7</b>	<b>1.505,6</b>	<b>140,1</b>	<b>544,3</b>
1º Dec./Abr.	678,2	2.473,5	3.151,7	3º Dec./Mar.	3.738,6	683,2	715,0	44,4	254,6
2º Dec./Abr.	447,6	534,5	982,1	1º Dec./Abr.	3.151,7	576,0	602,8	57,6	218,2
3º Dec./Abr.	362,5	5.892,9	6.255,4	2º Dec./Abr.	982,1	179,5	187,8	38,0	71,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.274,15	49.217,12	10,56	10.162,37
AL	35.717,88	59.850,38	345,99	17.227,88
AM	21.050,91	40.144,83	4.813,25	12.029,36
AP	5.693,13	49.087,64	15,46	9.815,01
BA	136.387,86	135.180,92	7.293,12	56.598,17
CE	78.706,31	105.554,25	1.764,43	33.411,02
DF	3.227,11	9.929,74	4,22	2.632,00
ES	26.648,71	21.580,15	5.399,67	11.155,15
GO	55.269,41	40.903,01	1.216,36	17.696,28
MA	60.662,79	103.846,54	1.287,50	38.403,74
MG	196.194,33	64.085,84	15.988,54	53.873,68
MS	22.894,99	19.163,17	1.036,06	8.084,57
MT	28.631,63	33.203,21	1.021,30	11.853,66
PA	54.396,40	87.931,90	6.032,63	32.081,16
PB	48.587,23	68.896,78	500,25	20.908,76
PE	76.671,35	99.271,55	940,16	30.010,31
PI	37.305,67	62.170,96	93,97	18.756,48
PR	101.973,53	41.479,92	15.607,02	32.072,74
RJ	44.455,23	21.978,66	10.859,46	15.961,11
RN	37.270,28	60.106,46	506,32	17.396,60
RO	13.591,78	40.507,37	176,70	9.660,51
RR	7.173,21	35.689,25	15,65	8.209,75
RS	101.930,64	33.877,95	22.726,51	31.943,22
SC	58.774,63	18.412,18	14.335,05	17.575,12
SE	22.984,55	59.781,32	70,22	14.696,72
SP	200.268,82	14.386,76	28.016,22	54.511,32
TO	22.918,48	62.438,56	4,49	15.068,54
<b>TOTAL</b>	<b>1.507.661,01</b>	<b>1.438.676,45</b>	<b>140.081,10</b>	<b>601.795,25</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Mai/Abr	Jun/Mai	Jul/Jun
FPM	+24,0 %	-21,6 %	-7,8 %
FPE	+24,0 %	-21,6 %	-7,8 %
IPI-EXP	+1,0 %	+9,8 %	-7,2 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jul/2002	21/08/02	Dez/2002	27/01/03
Ago/2002	24/09/02	Jan a Dez/2002	27/01/03
Set/2002	28/10/02	Jan/2003	20/02/03
Out/2002	26/11/02	Fev/2003	25/03/03
Nov/2002	19/12/02	Mar/2003	28/04/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no mês de abril de 2003 apresentaram comportamento semelhante aos valores re-passados no mês de abril. Mesmo com o decréscimo de 4,8% nos Fundos de Participação dos Estados, do DF e dos Municípios, os repasses para o FUNDEF apresentaram uma diminuição de apenas 1,5%. Contribuíram para esse equilíbrio as transferências originárias do ICMS-Estadual que tiveram comportamento positivo da ordem de 3,8% em termos globais.

Origens	R\$ Mil				
	março	Partic.	abril	Partic.	Abr/Mar
FPM	276.878,6	13,8%	263.658,5	12,9%	-4,8%
FPE	266.649,7	13,2%	253.884,1	12,4%	-4,8%
IPI-EXP	22.117,7	1,1%	24.720,2	1,2%	11,8%
LC 87/96 LC 102/00	39.782,7	2,0%	39.782,7	1,9%	0,0%
Compl. União	19.749,8	1,0%	19.749,8	1,0%	-
ICMS	1.387.479,9	68,9%	1.440.284,2	70,5%	3,8%
<b>Total</b>	<b>2.012.658,3</b>	<b>100%</b>	<b>2.042.079,4</b>	<b>100%</b>	<b>1,5%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br) ;
- por correspondência endereçada ao:  
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501  
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559  
Email: [cofin.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cofin.df.stn@fazenda.gov.br)

#### REGIÃO NORDESTE - OS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS EM ARRECADAÇÃO FUNDEF E VALORES PER CAPITA

Apresentamos abaixo, no Quadro I, os dez maiores municípios da Região Nordeste, exceto as capitais, classificados em arrecadação de FUNDEF a nível nacional, em valores absolutos. O primeiro município em arrecadação é Campina Grande, na Paraíba.

No Quadro II, apresentamos a classificação em arrecadação per capita dos municípios por Estado, excluindo as Capitais. A maior arrecadação per capita pertence ao Estado de Sergipe, em que pese o montante de sua arrecadação ser a menor de todos os Estados da Região Nordeste.

No boletim do mês de maio estaremos apresentando o comportamento do FUNDEF na região Norte.

MUNICÍPIOS COM MAIORES VALORES FUNDEF		
JANEIRO A ABRIL 2003		
MUNICÍPIOS	UF	VALORES
CAUCAIA	CE	8.671.316,14
JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE	6.409.102,77
MARACANAÚ	CE	6.378.737,47
CAMACARI	BA	6.263.522,45
FEIRA DE SANTANA	BA	5.867.357,22
JUAZEIRO DO NORTE	CE	5.864.201,25
VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	5.487.526,45
ARAPIRACA	AL	5.305.697,05
CABO	PE	5.045.344,83
CAMPINA GRANDE	PB	4.870.248,38

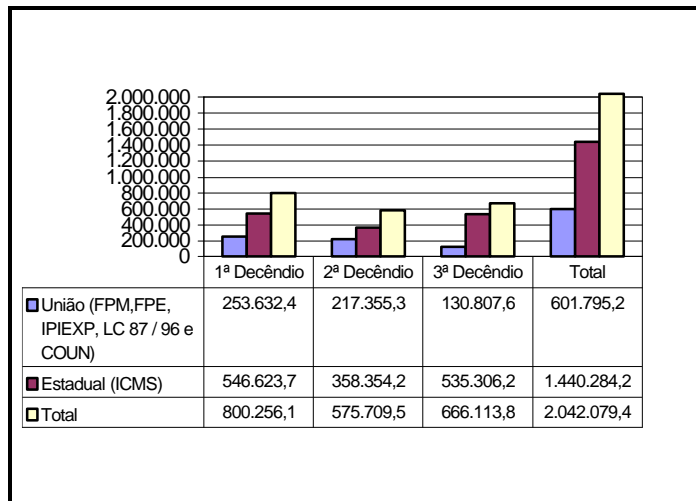
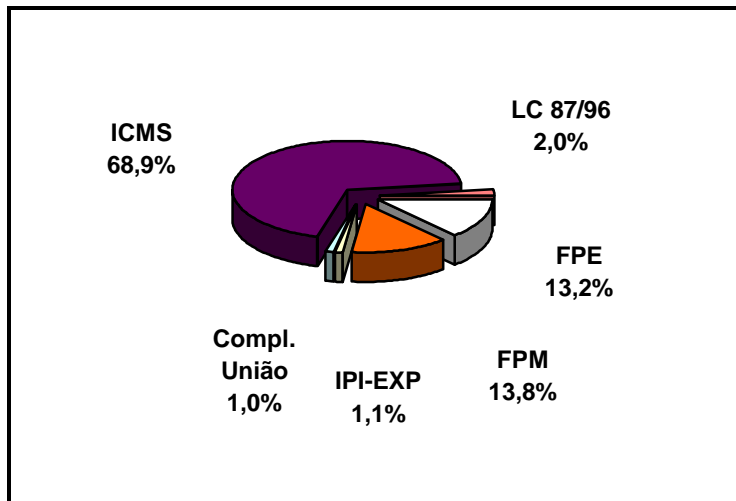
Fonte : SIAFI

ESTADOS COM VALORES FUNDEF - PER CAPITA		
JANEIRO A ABRIL 2003		
ESTADO	VALORES	PER CAPITA
ALAGOAS	77.987.533,97	123,65
BAHIA	117.823.025,76	102,35
CEARÁ	202.465.141,38	136,44
MARANHÃO	155.157.709,07	105,98
PARAÍBA	76.328.716,87	103,43
PERNAMBUCO	169.290.026,55	114,68
PIAUI	69.383.288,54	102,9
RIO GRANDE DO NORTE	68.777.849,63	129,69
SERGIPE	51.721.942,49	142,97

Fonte : SIAFI/FUNDEF

**FUNDEF BRASIL POR ORIGEM**
**FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO**

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


**DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - ABRIL/2003 (EM R\$ MIL)**

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	8.685	1.439	2	0	36	2.334	12.496	87,8	385,1
AL	674.791	10.562	6.270	61	0	335	10.284	27.512	40,8	170,6
AM	698.347	7.084	3.694	849	0	402	28.628	40.657	58,2	236,2
AP	122.638	8.663	988	3	0	162	1.763	11.578	94,4	414,4
BA	3.440.155	23.855	24.020	1.287	5.953	1.483	69.535	126.133	36,7	155,6
CE	1.666.055	18.627	13.823	311	0	650	49.830	83.241	50,0	175,8
DF(2)	304.072	1.752	556	1	0	323	0	2.632	8,7	38,1
ES	517.896	3.808	4.693	953	0	1.701	30.489	41.644	80,4	316,0
GO	992.400	7.218	9.731	215	0	532	45.306	63.002	63,5	247,1
MA	1.529.025	18.326	10.672	227	8.509	670	14.431	52.835	34,6	142,7
MG	3.308.674	11.309	34.595	2.822	0	5.148	133.750	187.624	56,7	246,3
MS	447.658	3.382	4.027	183	0	493	21.486	29.570	66,1	261,2
MT	567.420	5.859	5.040	180	0	774	27.840	39.694	70,0	269,1
PA	1.559.147	15.517	9.562	1.065	4.196	1.741	15.276	47.357	30,4	166,3
PB	794.932	12.158	8.548	88	0	115	7.795	28.704	36,1	178,1
PE	1.577.542	17.519	11.788	166	0	538	33.727	63.738	40,4	175,6
PI	730.910	10.971	6.557	17	1.092	120	7.073	25.829	35,3	155,2
PR	1.573.023	7.320	17.977	2.754	0	4.022	86.494	118.567	75,4	313,6
RJ	2.011.227	3.879	7.827	1.916	0	2.340	158.249	174.210	86,6	327,2
RN	567.686	10.607	6.556	89	0	144	14.585	31.981	56,3	236,2
RO	299.607	7.148	2.381	31	0	99	8.754	18.415	61,5	263,8
RR	74.129	6.298	1.894	3	0	15	2.278	10.488	141,5	555,5
RS	1.579.414	5.978	17.948	4.011	0	4.006	91.127	123.071	77,9	380,6
SC	887.879	3.249	10.364	2.530	0	1.433	64.291	81.866	92,2	357,8
SE	389.133	10.550	4.035	12	0	100	10.176	24.873	63,9	259,8
SP	5.244.645	2.539	34.658	4.944	0	12.370	498.555	553.066	105,5	413,3
TO	279.768	11.019	4.018	1	0	31	6.229	21.298	76,1	311,5
<b>Total</b>	<b>31.980.507</b>	<b>253.884</b>	<b>263.659</b>	<b>24.720</b>	<b>19.750</b>	<b>39.783</b>	<b>1.440.284</b>	<b>2.042.079</b>	<b>63,9</b>	<b>262,9</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.